

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 04.11.2025

Espera-se que sejam mantidos os incentivos ao consumo, e que o Governo e as grandes empresas promovam o aumento salarial, para estimular a economia comunitária e reforçar a confiança no consumo

Com os esforços do Governo e dos diversos sectores sociais, o número de turistas tem aumentado e a economia tem-se desenvolvido de forma estável, mas não se pode descurar o desenvolvimento desigual dos bairros comunitários, as dificuldades das pequenas e médias empresas e a pressão ao nível de despesas quotidianas que os residentes enfrentam. O Governo deve estudar o aumento dos vencimentos dos funcionários públicos, incentivando as concessionárias do jogo ou as empresas de utilidade pública, entre outras grandes empresas ou com condições para tal, a aumentarem os salários, e lançar incentivos ao consumo mais específicos para aumentar a procura interna, dinamizar o consumo e aliviar a pressão dos residentes.

De acordo com as estatísticas, no primeiro semestre deste ano, o Produto Interno Bruto (PIB) (valor revisto) registou um aumento anual de 1,8 por cento, e o valor total da economia recuperou para 87,0 por cento, ou seja, o registado no mesmo período de 2019. Mais, nos primeiros nove meses deste ano, as receitas de impostos do jogo atingiram 70,4 mil milhões, com um aumento anual de 6 por cento, e em Outubro a receita bruta do jogo atingiu novo recorde dos últimos seis anos. Entretanto, o facto de alguns residentes se depararem com o desemprego estrutural e a vitalidade económica dos bairros comunitários continuar insuficiente, a pressão da reconversão económica e as incertezas no desenvolvimento afectam a confiança dos residentes no consumo.

Segundo o inquérito trimestral da Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau, no 3.º trimestre deste ano, o índice de confiança dos consumidores diminuiu face ao trimestre anterior, o que demonstra a falta de confiança dos consumidores, que entram numa fase de prudência; foi apontado ainda que as medidas de estímulo ao consumo de curto prazo podem produzir efeitos positivos, reforçando a confiança dos consumidores.

Por outro lado, a situação de emprego e o nível de rendimento também são factores importantes que afectam a confiança e a capacidade de consumo. Segundo o “Inquérito sobre as remunerações e regalias na Grande Baía 2025” recentemente divulgado pela *Hong Kong Baptist University*, os mais de 50 mil trabalhadores das 39 instituições de Macau inquiridos

tiveram, no último ano, um aumento médio dos salários de apenas 1,6 por cento, uma redução face aos 2,8 por cento do ano anterior, e 24 afirmaram mesmo que iam congelar os salários. Esse aumento é inferior ao aumento registado em Hong Kong e nas nove cidades da Grande Baía.

O Governo renovou recentemente o “Grande prémio para o consumo nas zonas comunitárias”, que tem certo efeito de impulsionar o consumo e a economia comunitária, mas esta medida terminará no final de Novembro. Os residentes esperam que as autoridades, para além de fiscalizarem de forma contínua a variação dos preços dos produtos, estudem incluir mais incentivos ou apoios ao consumo nas LAG para o próximo ano, que não só dinamizem a economia, mas também, e mais importante, atribuam, de uma forma simples, um subsídio de despesas quotidianas aos residentes, para aliviar a sua pressão, em conjugação com as diversas medidas em prol do bem-estar da população.

Devido ao impacto epidémico, ao tempo necessário para a recuperação e à complexidade do ambiente económico mundial nos últimos anos, o salário e o rendimento familiar de muitos trabalhadores não conseguem aumentar nem acompanhar a inflação e, como ainda têm de suportar os encargos de empréstimos de habitação e as rendas, a sua capacidade de compra diminuiu. As famílias deparam-se com grandes pressões económicas, por isso, nem vale a pena falar da confiança no consumo. Mesmo os salários dos funcionários públicos, com condições de serem ajustados, só foram aumentados uma vez nos últimos anos. Espera-se que o Governo efectue estudos sobre a actualização atempada dos salários dos funcionários públicos para elevar o seu moral. Pode ainda apelar e incentivar as grandes empresas com condições, por exemplo, as concessionárias do jogo ou as entidades de utilidade pública, a aumentarem racionalmente os salários dos seus trabalhadores, com vista a estimular a procura interna e a aumentar a confiança no consumo.

A longo prazo, espero que o Governo, através da melhoria da política de emprego e do regime jurídico relativo às garantias dos trabalhadores, se empenhe, ao mesmo tempo que se empenha na economia e na procura de desenvolvimento, em resolver o problema do desequilíbrio estrutural de emprego, em investir mais recursos para reforçar os projectos de formação de talentos e em promover a competitividade e a promoção dos trabalhadores locais, o que é favorável para o aumento dos seus rendimentos, e pode promover a partilha dos frutos do desenvolvimento económico por mais trabalhadores, concretizando o objectivo de prosperidade comum e de aumento do sentimento de felicidade.